

Gênero Plural

(Algumas noções básicas sobre gênero, diversidade sexual e sexualidade no contexto contemporâneo: pontos para discussão, dúvidas e questionamentos mais frequentes em formações com educadores/as do Paraná dos Núcleos Regionais de Educação)

Andrea Paula dos Santos (UFABC)

Alguns pontos para discussão levantados por pesquisadores e educadores

- Conceito de cultura – esclarecer; Parâmetros biológicos e parâmetros culturais nessa discussão;
- O que é Gênero? O que é Diversidade Sexual?
- Gênero e Diversidade como uma construção histórica;
- Sexo, gênero (diferença entre sexo e sexualidade): identidade sexual, identidade de gênero, orientação sexual – diferenciar!!!
- Orientação sexual – opção sexual – preferência sexual;
- Heteronormatividade
- Sujeitos múltiplos– gays, lésbicas, homossexuais, bissexuais, transsexuais, homem, mulher...;
- Comportamento - gênero, transsexualidade feminina;
- Masculinos e femininos...
- Esclarecimento como ação – respeito como meta;
- Respeito X aceitação “eu respeito, mas não aceito!”;
- Tolerância (?)
- Homofobia, violência;

Conceito de cultura; Parâmetros biológicos e parâmetros culturais

Definições de cultura

- * Fenômeno unicamente humano, a cultura se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia.
- * As culturas são compartilhadas pelos indivíduos de determinados grupos, não se referindo a um fenômeno individual.
- * Por outro lado, cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, atribui significados diferentes a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes.
- * Hoje, podemos dizer que os seres humanos cada vez mais atribuem diferentes significados a fenômenos semelhantes, mesmo no mesmo período que vivem, conforme os lugares e grupos que transitam.

Trans/interculturalidade

Estudiosos latino-americanos propuseram, ainda, o termo transculturalidade como apropriado para desnaturalizar as questões de hegemonia cultural, sendo o radical “trans” visto como portador do sentido de movimento multi e bidirecional e, também, complementar.

Alguns chamam a esse mesmo fenômeno de interculturalidade.

Não existe nenhuma possibilidade de compreender o biológico separado do cultural, pois este só é legível para os sujeitos e grupos sociais por meio de práticas culturais, expressas por linguagens e sempre construídas historicamente. Biologia, por exemplo, como área de conhecimento, faz parte da cultura científica que tenta criar formas de interpretar a natureza.

E, nessa perspectiva de inter/transculturalidade, como fica a questão das identidades? E as atividades de pesquisa? E as políticas públicas? E a educação?

O que é Gênero? O que é Diversidade Sexual?

Nos estudos de gênero o termo gênero é usado para se referir às construções sociais e culturais de masculinidades e feminilidades.

Diferenças biológicas e diferenças culturais não são separáveis.

Judith Butler reconhece os papéis de gênero como uma prática, algumas vezes referidas como “performativas”.

Relações de gênero:

Relações existentes entre as pessoas, a partir de apropriação cultural das diferenças sexuais que serve de base à organização econômica, política, social e cultural da sociedade.

Essas relações são historicamente construídas e mudam ao longo do tempo e entre culturas diferentes.

Em nossa sociedade patriarcal, existe a dominação masculina que transformou as diferenças entre gêneros em desigualdades que fundamentam e legitimam as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais (ex. divisão sexual do trabalho), que precisam ser questionadas e enfrentadas pelos sujeitos das políticas públicas.

Gênero e Diversidade como uma construção histórica

Diversidade Sexual é o termo usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana. Sujeitos múltiplos— homens/transexuais/travestis gays, mulheres/transexuais/travestis lésbicas, homossexuais, homens/mulheres/transexuais/travestis/bissexuais, transexuais, travestis, homem, mulher...

Diferenças entre sexo, gênero e sexualidade

Sexo – refere-se às diferenças biológicas entre as pessoas, que foram historicamente definidas como polarizadas entre homens e mulheres em várias sociedades, mas que hoje tem novas problematizações e definições.

Gênero – apropriação e significação cultural do sexo e da sexualidade.

Sexualidade – dimensão da vida humana que se refere às práticas e experiências em torno das complexas relações entre identidade sexual e de gênero, em cruzamento cultural de aspectos biológicos e afetivos.

Identidades de gênero

identidade de gênero se refere ao gênero em que a pessoa se identifica: como homem, mulher, transexual, travesti, homem-mulher ou fora dessas definições.

pode referir-se ao gênero que uma pessoa atribui a outra tendo como base o que esta reconhece como indicações de papel social de gênero (roupas, corte de cabelo, etc.).

a identidade de gênero pode ser afetada por uma variedade de estruturas sociais, incluindo etnicidade, trabalho, religião ou não-religião, família, política...

o termo "identidade de gênero" não tem necessariamente relação com o sexo do indivíduo através da análise da genitália externa, dos genes ou dos cromossomos.

Variações nas identidades de gênero

Algumas pessoas sentem que sua identidade de gênero não corresponde com o que foi definido como seu sexo biológico, sendo identificadas por pessoas transexuais ou pessoas intersexo em algumas situações. Como a sociedade insiste que os indivíduos devem seguir a maneira de expressão social (papel social de gênero) baseada no sexo, estas pessoas sofrem uma pressão social adicional.

Por outro lado, existem também indivíduos transgêneros em que a identidade de gênero não está conforme a norma social dos dois gêneros macho/fêmea, independentemente de terem ou não concordância com o sexo biológico com a maioria das suas manifestações de gênero social.

Orientação sexual

A orientação sexual indica qual o gênero (por exemplo, masculino, feminino) que uma pessoa se sente preferencialmente atraída fisicamente e/ou emocionalmente.

A orientação sexual pode ser assexual (nenhuma atração sexual), bissexual (atração por ambos os gêneros), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero), ou pansexual (atração por diversos gêneros, quando se aceita a existência de mais de dois gêneros). O termo pansexual (ou também omnissexual) pode ser utilizado, ainda, para indicar alguém que tem uma orientação mais abrangente (incluindo por exemplo, atração específica por transgêneros).

A orientação sexual não-heterossexual foi removida da lista de doenças mentais nos EUA em 1973; e do CID 10 (Clasificação Internacional de Doenças) editado pela OMS Organização Mundial da Saude, só em 1993. Os transtornos de identidade de gênero que englobam Travestis e Transexuais permanecem classificadas na CID-10 considerando que, nesses casos, terapias hormonais e/ou cirurgia de redesignação de sexo são, algumas vezes, indicadas pela medicina.

Orientação sexual X opção ou preferência sexual

O termo orientação sexual é considerado, atualmente, mais apropriado do que opção sexual ou preferência sexual. Isso porque opção indica que uma pessoa teria escolhido a sua forma de desejo, coisa que muitas pessoas consideram como sem sentido.

Assim como o heterossexual não escolheu essa forma de desejo, o/a homossexual (tanto feminino como masculino) também não, pois, segundo pesquisas recentes esta orientação poderá estar determinada por fatores biogenéticos, sejam questões hormonais in utero ou genes que possam determinar esta predisposição.

É importante esclarecer que há grande imposição do modelo heterossexual para todos. Em alguns casos, pode não existir a preocupação em conhecer o nível ou qualidade de vida afetiva, nível de prazer ou felicidade que uma pessoa possa ter, mas sim que ela deveria ser heterossexual. Por conta dessa forte imposição, muitas pessoas podem encontrar alívio dos desejos homoeróticos na religiosidade fanática, nos remédios, nas drogas ou mesmo, adotando um padrão escondido ou de vida dupla: no seu entorno social e familiar assumem um comportamento heterossexual e

num mundo privado permitem-se exercer a sua homossexualidade, situação esta que cria um maior ou menor conflito interior e assim as suas repercussões posteriores nesse ser humano.

Heteronormatividade

Heteronormatividade (do grego hetero, "diferente", e norma, "esquadro" em latim) é um termo usado para descrever situações nas quais variações da orientação heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

Isto inclui a idéia de que os seres humanos recaem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea; que relações sexuais e maritais são normais somente entre pessoas de sexos diferentes; e que cada sexo têm certos papéis naturais na vida.

Assim, sexo físico, identidade de gênero e papel social de gênero deveriam enquadrar qualquer pessoa dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, e a heteronormatividade é considerada como sendo a única orientação sexual normal.

As normas que este termo descreve ou critica podem ser abertas, encobertas ou implícitas. Aqueles que identificam e criticam a heteronormatividade dizem que ela impõem um discurso ao estigmatizar conceitos desviantes tanto de sexualidade quanto de gênero e tornam certos tipos de auto-expressão mais difíceis.

O termo foi criado por Michael Warner em 1991, em uma das primeiras grandes obras sobre a teoria queer. O conceito possui raízes na noção de Gayle Rubin do "sistema sexo/gênero" e na idéia de Adrienne Rich de heterossexualidade compulsória.

Numa série de artigos, Samuel A. Chambers tentou teorizar a heteronormatividade mais explicitamente, clamando por uma compreensão da heteronormatividade como um conceito que revela as expectativas, demandas e restrições produzidas quando a heterossexualidade é tomada como normativa dentro de uma sociedade.

Cathy J. Cohen define a heteronormatividade como a prática e as instituições "que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e 'naturais' dentro da sociedade". Sua obra enfatiza a importância da sexualidade envolvida em estruturas maiores de poder, intersectando com e inseparável de raça, gênero e opressão de classe. Por ex. mães solteiras ou trabalhadores do sexo heterossexuais não são considerados heteronormativos.

A heteronormatividade tem sido usada na exploração e crítica em normas tradicionais de sexo, identidade de gênero, papel social de gênero e sexualidade, e das implicações sociais destas instituições.

Ela é descritiva de um sistema dicotômico de categorização que vincula diretamente comportamento social e auto-identidade com a genitália do indivíduo.

Isto significa (entre outras coisas) que, visto que existem conceitos estritamente definidos de virilidade e feminilidade, existem paralelamente comportamentos esperados tanto de homens quanto de mulheres.

Homofobia

é um termo utilizado para identificar o ódio, aversão ou a discriminação de uma pessoa contra homossexuais ou homossexualidade, ou genericamente de modo pejorativo, qualquer expressão de crítica ou questionamento ao comportamento homossexual.

- exemplo de homofobia "inconsciente": "Incentivo" (quando se discutem essas questões, e as pessoas dizem: "estão incentivando o sexo, o homossexualismo...");

Desafios/Temas de pesquisa e políticas públicas atuais sobre (pós)identidades de gênero e de fronteira

- Desconstrução da heteronormatividade e das suas expressões de poder;

- Enfrentamentos da Homofobia, considerando-a como violência grave aos direitos humanos, com formulação e execução de várias políticas pós-identitárias;

- Reflexões sobre o que significa tolerância e se essa perspectiva pode ou não contribuir para enfrentar o desafio acima:

A tolerância, do latim *tolerare* (sustentar, suportar), é um termo que define o grau de aceitação diante de um elemento contrário a uma regra moral, cultural, civil ou física.

Do ponto de vista da sociedade, a tolerância define a capacidade de uma pessoa ou grupo social de aceitar, noutra pessoa ou grupo social, uma atitude diferente das que são a norma no seu próprio grupo. Numa concepção moderna é também a atitude pessoal e comunitária face a valores diferentes daqueles adotados pelo grupo de pertença original.

- Reflexões sobre o conceito de tolerância se aplicam em diversos domínios, e aqui se refere particularmente a um deles, para possibilitar políticas públicas de defesa ampla dos direitos humanos:

- Tolerância social: atitude de uma pessoa ou de um grupo social diante daquilo que é diferente de seus valores morais ou de suas normas.

- Esclarecimento como ação – respeito e/ou aprender com a diversidade como meta das políticas;

Respeito é o apreço por, ou o sentido do valor e excelência de, uma pessoa, qualidade pessoal, talento, ou a manifestação de uma qualidade pessoal ou talento.

Em certos aspectos, o respeito manifesta-se como um tipo de ética ou princípio, tal como no conceito habitualmente ensinado de "[ter] respeito pelos outros" .

- Desafios para educação e políticas que respeitem os direitos humanos, que é onde devemos situar a questão de gênero e das diversidades:

Políticos: vontade política para colocar a questão de gênero e das diversidades como central e não um pendurcalho nas políticas públicas.

Econômicos: recursos financeiros, humanos e materiais, a altura desse desafio.

Culturais: mudança efetiva da mentalidade dos sujeitos das políticas públicas, sendo mais coerentes em suas práticas, quando fazem o discurso das igualdades, mas mantém desigualdades históricas na vida cotidiana e na atividade política.

Não existe possibilidade concreta de formação educacional/profissional que respeite os direitos humanos sem que haja o reconhecimento das diversidades, entre as quais as de gênero, sexuais, étnicas!

É preciso promover a igualdade entre diferentes, realizando políticas públicas que dêem condições especiais àqueles que são vítimas históricas das desigualdades, como é o caso de mulheres, gays, lésbicas, transsexuais, travestis, bissexuais, e sujeitos dos grupos étnicos historicamente massacrados como, por exemplo, negros e indígenas.

Mais do que afirmar e se contentar com a noção de que respeito ou tolero a diversidade, é preciso considerar e exercitar que tentamos aprender com a diversidade.

Assim, vamos, com muitas dificuldades e resistências, também nos tornando diferentes quando conseguimos enxergar a diversidade ao redor. E nos tornamos diferentes do que já fomos quando ignorávamos ou ficávamos indiferentes a tudo isso!

Trecho do artigo “Teoria Queer uma política pós-identitária para a educação”, de Guacira Lopes Louro:

Hoje, as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores. A denominação que lhes é atribuída parece, contudo, bastante imprópria. Como afirma em seu editorial a revista *La Gandhi Argentina*, “as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero”. Sua visibilidade tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. O embate por si só merece uma especial atenção de estudiosos/as culturais e educadores/as. Mas o que o torna ainda mais complexo é sua contínua transformação e instabilidade. O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição pragmática leva a perguntar: que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer resposta; antes é preciso conhecer as condições que possibilitaram a emergência desses sujeitos e dessas práticas.

Trecho do Artigo: *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, Judith Butler (no livro *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Guacira Lopes Louro pp. 112-125):

Existe alguma forma de vincular a questão da materialidade do corpo com a performatividade do gênero? E como a categoria do “sexo” figura no interior de uma tal relação? Consideremos, primeiramente, que a diferença sexual é freqüentemente evocada como uma questão referente a diferenças materiais. A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja

materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta. Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória. Mas como, então, a noção de performatividade de gênero se relaciona com essa concepção de materialização? No primeiro caso, a performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. O que, eu espero, se tornará claro no que vem a seguir é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder. Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o “corpo”, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. O que está em jogo nessa reformulação da materialidade dos corpos é o seguinte: (1) a remodelação da matéria dos corpos como efeito de uma dinâmica do poder, de tal forma que a matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação daqueles efeitos materiais; (2) o entendimento da performatividade não como o ato pelo qual o sujeito traz à existência e aquilo que ela ou ele nomeia, mas, ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange; (3) a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos; (4) repensar o processo pelo qual uma norma corporal é assumida, apropriada, adotada: vê-la não como algo, estritamente falando, que se passa com um sujeito, mas, ao invés disso, que o sujeito, o “eu” falante, é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir um sexo; e (5) uma vinculação desse processo de “assumir” um sexo com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações. Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da “abjeção” — e seu status para o sujeito — como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada. E, contudo, essa abjeção negada ameaçará denunciar as presunções auto-fundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas conseqüências não pode plenamente controlar. A tarefa consistirá em considerar essa ameaça e perturbação não como um questionamento permanente das normas sociais, condenado ao pathos do fracasso perpétuo, mas, ao invés disso, como um recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas. Por último, a mobilização das categorias do sexo no interior do discurso político será assombrada, sob certos aspectos, pelas próprias instabilidades que as categorias efetivamente produzem e integram. Embora os discursos políticos que mobilizam as categorias de identidade tendam a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência da desidentificação seja igualmente crucial para a rearticulação da contestação democrática. De fato, pode ocorrer que tanto a política feminista quanto a política queer sejam mobilizadas precisamente através de práticas que enfatizam a desidentificação com aquelas normas regulatórias pelas quais a diferença sexual é materializada. Essas desidentificações coletivas podem facilitar uma recontextualização da questão de se saber quais corpos pesam e quais corpos ainda devem emergir como preocupações que possam ter um peso crítico.